

CRISE DO FORDISMO OU CRISE DA SOCIAL- DEMOCRACIA?*

*SIMON CLARKE ***

A desintegração dos regimes da Europa do Leste não é um fenômeno isolado, pois trata-se apenas da manifestação mais recente e mais dramática de um processo que vem se desenrolando no mundo todo nas últimas duas décadas. Ela deve ser encarada como uma expressão do fracasso do Estado em atingir determinados objetivos econômicos que ele se propôs a alcançar. Assim, a crise do Estado intervencionista exige a construção de novas formas políticas que possam articular e também legitimar estratégias econômicas alternativas.

Apesar de que ter sido a Direita quem ficou a montante da onda política dos anos 1980, a Nova Esquerda, durante as décadas de 1960 e 1970, articulara uma crítica ao Estado igualmente poderosa. Esta crítica, porém, não foi acompanhada por nenhuma alternativa coerente para as estratégias econômicas desacreditadas da social-democracia e do socialismo de Estado, que pudesse fazer face ao apelo da direita à panacéia do mercado e à ideologia de um passado idealizado. O programa da Direita de privatização respondia às pressões políticas tentando

* Este artigo foi publicado originalmente em *Telos*, 83, 1990.

** Tradução de Isa Mara Lando.

desmantelar ou privatizar os mecanismos que haviam sido o foco imediato de agitação política. Ele garantia sua base política através da redistribuição seletiva da renda em favor de setores estratégicos do ponto de vista eleitoral e, sobretudo, engendrando um *boom* militarista-keynesiano.

No fim dos anos 80 ficou claro que não houve nenhum milagre, mas apenas o velho *boom* do crédito. A quebra da Bolsa de 1987 revelou a base precária da montanha de dívidas sobre a qual o “milagre econômico” fora construído. Embora uma nova onda de liberalização na Europa do Leste e no Terceiro Mundo lance agora um salva-vidas para a Direita e prepare o caminho para uma futura expansão, é improvável que ela possa oferecer uma solução permanente para a crise da estratégia neoliberal.

Hoje, boa parte da esquerda recorda-se com saudades dos anos dourados do otimismo social-democrático. Segundo essa visão, os anos 1950 e 1960 aparecem como uma época de crescente prosperidade e harmonia social, com o “*Welfare State* Keynesiano” realizando a visão social-democrática de uma sociedade que combina o dinamismo econômico do capitalismo com os valores políticos do socialismo. Em conseqüência, a “crise da social democracia” não é vista como um fracasso dessa concepção, mas apenas da sua concretização – fracasso criado por mudanças econômicas fundamentais que tornaram um socialismo monolítico e burocrático inadequado para os novos modos de organização. Ao compreender que as crescentes crises econômicas, sociais e ambientais mostram que o modelo neoliberal de desregulação não oferece uma solução viável, a social-democracia vem se empenhando em construir um novo modelo de regulação a fim de concretizar a velha idéia.

Todo um leque de novas teorias surgiu para articular as oportunidades estratégicas que se supõe que as recentes mudanças econômicas estejam abrindo para a social-democracia.¹ Apesar de consideráveis diferenças teóricas e políticas, todas se baseiam na crítica sociológica da teoria liberal do mercado. Para todas elas, um maior crescimento econômico só é possível den-

¹As mais influentes são a Teoria Francesa da Regulação, cujo pioneiro foi Michel Aglietta e que foi popularizada por Alain Lipietz; a Teoria das Estruturas Sociais da Acumulação, desenvolvida basicamente por Tom Weiskopf, Samuel Bowles e David Gordon; e a teoria da Especialização Flexível, desenvolvida sobretudo por Michael Piore e Charles Sabel. Para uma crítica da teoria da Aglietta, veja meu artigo “Overaccumulation, Class Struggle and the Regulation Approach”, em *Capital and Class* nº 36 (1988), pp. 59-92.

tro de uma determinada estrutura institucional reguladora, capaz de reconciliar o crescimento com a harmonia social. Nenhum desses teóricos explica por que o processo competitivo não funciona, ou de que maneira as alternativas que eles propõem poderiam substituí-lo.

Eles concordam que não existe um *único* modelo de regulação, mas sim uma série de alternativas, cada uma mais ou menos limitadas pelas condições das formas de produção dominantes. Concordam também que o *boom* do pós-guerra e a hegemonia social-democrática da década de 1960 fundamentou-se numa forma de produção em geral definida como "fordista". Assim, a crise da social-democracia dos anos 1970 foi uma expressão do colapso dos modos fordistas de regulação, como resultado da crise da produção fordista. Por fim, há um consenso cada vez maior de que nos anos 90 irão forjar-se novos modos de regulação, adequados a novas formas de produção, que definem tanto os limites como as oportunidades para as novas estratégias políticas. Estas novas formas de produção ainda não estão claras, e as formas de regulação que se adequam a elas com precisão ainda precisam ser determinadas. Entretanto, os contornos do pós-fordismo já estão surgindo.

Alega-se que o fordismo se baseia na produção em massa de produtos homogêneos, utilizando a tecnologia rígida da linha de montagem, com máquinas especializadas e rotinas de trabalho padronizadas (tayloristas). Consegue-se uma maior produtividade através das economias de escala, assim como da desqualificação, intensificação e homogeneização do trabalho. Isto dá origem ao trabalhador de massa, organizado em sindicatos burocráticos que negociam salários uniformes que crescem em proporção aos aumentos na produtividade. Os padrões de consumo homogêneos refletem a homogeneização da produção e fornecem um mercado para os bens de consumo padronizados, enquanto os salários mais altos oferecem uma demanda crescente para fazer face à oferta crescente. O equilíbrio geral entre a oferta e a procura é alcançado por meio de políticas keynesianas de macroeconomia, enquanto o equilíbrio geral entre salários e lucros se alcança através de acordos coletivos supervisionados pelo Estado. A educação, treinamento, socialização etc. do operário de massa é organizada através das instituições de massa de um *welfare state* burocrático. Coletivamente, estas instituições, que surgiram na década de 1950, definem um círculo virtuoso de

nível de vida crescente e produtividade crescente, salários em aumento e lucros em aumento, estabilidade econômica e harmonia social.

A subsequente crise do fordismo leva à fragmentação econômica, social e política da qual deve surgir um novo regime "pós-fordista". À medida que a produção fordista se aproxima de seus limites, surgem novos métodos de produção. A saturação dos mercados de massa leva a uma crescente diferenciação dos produtos, com uma nova ênfase no estilo e/ou na qualidade. Produtos mais diferenciados exigem turnos de trabalho mais curtos, e portanto unidades de produção menores e mais flexíveis. Novas tecnologias fornecem os meios pelos quais se pode realizar vantajosamente esta produção flexível. Entretanto, estas novas formas de produção têm implicações profundas. Uma produção mais flexível requer máquinas mais flexíveis e de finalidades genéricas, e mais operários "polivalentes", altamente qualificados, para operá-las. Uma maior qualificação e flexibilidade exige que os operários tenham um grau mais alto de responsabilidade e autonomia. Uma produção mais flexível também requer formas mais flexíveis de controle de produção, ao passo que relações de produção mais flexíveis requerem o desmantelamento das burocracias corporativas. Os interesses de uma força de trabalho mais diferenciada não podem mais ser eficazmente representados por sindicatos e partidos políticos fordistas, monolíticos e burocráticos. São necessários acordos descentralizados para negociar sistemas de pagamento mais complexos e individualizados, que recompensam a qualificação e a iniciativa. A diferenciação do trabalhador de massa leva ao surgimento de novas identidades que não são mais definidas ocupacionalmente, mas sim articuladas no consumo idiossincrático, em novos estilos de vida e novas formas culturais, que reforçam a demanda por produtos mais diferenciados. Tudo isso vai corroendo as velhas identidades políticas. As necessidades de bem-estar, saúde, educação e treinamento de uma força de trabalho diferenciada não podem mais ser satisfeitas por um *welfare state* burocrático e padronizado, mas apenas por instituições diferenciadas, capazes de responder de maneira flexível às necessidades individuais.

Essas mudanças não são inevitáveis. Embora o modelo pós-fordista prometa criar as condições para a prosperidade econômica e a harmonia social, ao mesmo tempo que oferece novas oportunidades para a realização humana e o controle demo-

crático, não há garantia de que tal utopia possa ser alcançada. A realização do projeto fordista levou quase cinquenta anos e teve de superar a oposição política durante todo o seu percurso. Hoje, as forças sociais e políticas ainda vinculadas à velha ordem inibem o surgimento do pós-fordismo. Os sindicatos burocratizados não estão dispostos a abandonar seu poder e seus privilégios, assim como os empresários e funcionários públicos também não estão. Os fabricantes de produtos de massa reagem à competição manipulando seus produtos, procurando criar a impressão de diferenciação através do marketing e da embalagem, e não de novas concepções e de uma produção flexível. Assim, o pós-fordismo não retrata um futuro inevitável, mas define um projeto político. Seu apelo ideológico vem do fato que, como lhe falta qualquer fundamento social significativo, ele baseia suas reivindicações na sua necessidade histórica.

NOVAS UTOPIAS: PÓS-FORDISMO, ESPECIALIZAÇÃO FLEXÍVEL E A CRISE DO FORDISMO

O modelo pós-fordista tem tantas versões como proponentes.² Nenhuma delas, porém, pode rivalizar com o rigor da teoria de Aglietta do regime fordista de "acumulação intensiva", basicamente porque não têm uma análise comparável das relações de valor que o novo "regime de acumulação" é solicitado a regular.³ O modelo pós-fordista apenas concatena umas tantas observações superficiais da sociedade contemporânea, sem sequer especificar a relação teórica entre os vários elementos do suposto regime pós-fordista, muito menos submetê-los a qualquer

²O modelo foi apresentado com o máximo vigor pelo jornal mensal do Partido Comunista Britânico, *Marxism Today*; as contribuições principais foram reunidas por Stuart Hall e Martin Jacques, eds. New Times (Londres: Lawrence and Wishart, 1989). A versão mais coerente e ambiciosa do modelo é a proposta por Bob Jessop, que tenta teorizar um pacote pós-fordista coerente, com uma "estratégia de acumulação", uma "estratégia estatal" e um "projeto hegemônico". Veja Bob Jessop et. al., *Thatcherism: A Tale of Two Nations* (Cambridge: Polity Press, 1989); Bob Jessop, "Thatcherism: The British Road to Post-Fordism", *Essex Papers in Politics and Government* (Colchester: University of Essex, 1989); Bob Jessop, "Regulation Theory in Retrospect and Prospect", em *Economy and Society*, a sair.

³Cf. Jamie Gough, "Where's the Value in Post-Fordism?" em Nigel Gilbert e Roger Burrows, eds., *Fordism and Flexibility* (Londres: Macmillan, a sair).

exame crítico.⁴ Os proponentes do modelo fazem uma virtude da sua incoerência, alegando que o pós-fordismo é uma visão do futuro cujos contornos ainda não estão claros e só poderão ser definidos através de um extenso período de crise e reestruturação das relações econômicas, sociais e políticas. A necessidade do pós-fordismo não provém das suas próprias virtudes definíveis, mas da sua alegação implícita de que não há alternativa para a social-democracia perante a suposta crise terminal do fordismo. O pós-fordismo não é uma realidade, nem mesmo uma visão coerente do futuro, mas sobretudo uma expressão da esperança de que o futuro desenvolvimento capitalista será a salvação da social-democracia.

Se o modelo pós-fordista não é coerente o bastante para permitir uma avaliação racional, o modelo da "especialização flexível", como uma nova forma de produção, parece mais coerente ao postular a relação entre novas tecnologias, novos padrões de demanda e novas formas de organização social da produção. Este vínculo define as fundações de um novo projeto social-democrático, ao reconciliar o interesse do capital de garantir altas taxas de produtividade com o interesse dos trabalhadores de combinar realização pessoal no trabalho com níveis de renda mais altos. Contudo, esta coerência se evapora assim que se examina o modelo cuidadosamente. O modelo se propõe a estabelecer a conveniência social dos novos métodos de produção, mas a superioridade econômica destes ainda não foi demonstrada.

O modelo da "especialização flexível" foi desenvolvido originalmente por Sabel e Piore, com base numa generalização da pesquisa de Sabel na região italiana da Emilia-Romagna.⁵ A partir daí seus defensores mais ardorosos foram Paul Hirst e Jonathan Zeitlin.⁶ O trabalho original de Sabel tinha pretensões muito

⁴Veja a crítica de Paul Hirst ao pós-fordismo do ponto de vista da "especialização flexível" em "After Henry", em *New Times*, op. cit.

⁵Charles Sabel, *Work and Politics* (Cambridge e Nova York: Cambridge University Press, 1982). Charles Sabel e Michael Piore, *The Second Industrial Divide* (Nova York: Basic Books, 1984).

⁶Veja o volume editado pelos dois, *Reversing Industrial Decline? Industrial Structure and Policies in Britain and her Competitors* (Nova York: St. Martins Press, 1989), e seus artigos "Flexible Specialization and the Competitive Failure of UK Manufacturing", *Political Quarterly*, vol. 60, nº 3, pp. 164-78; e "Flexible Specialization vs. Post-Fordism: Theory, Evidence and Policy Implications", artigo apresentado na conferência "Pathways to Industrialization", Arrowhead Lake, Califórnia, março de 1990.

modestas, relacionando as novas formas de alta tecnologia e de produção artesanal cooperativa com o contexto econômico, social e político muito específico no qual elas tinham sido introduzidas. Em particular, os privilégios dos novos artesãos provinham de uma combinação de escassez de mão-de-obra qualificada num setor particularmente dinâmico da produção especializada, mais a disponibilidade de um conjunto de trabalhadores não-qualificados percebendo baixos salários. A lucratividade dos novos métodos de produção era garantida por condições de mercado muito favoráveis e pela intensificação do trabalho de uma maioria de trabalhadores mal-pagos. Ficava implícito que tanto a capacidade de generalizar o modelo como seu caráter socialmente desejável eram questionáveis.⁷ As mesmas qualificações se aplicam aos outros exemplos apresentados pelos proponentes da "especialização flexível", como por exemplo os sistemas flexíveis de fabricação, dos quais a pioneira foi a Toyota, no Japão, e o setor da alta tecnologia em Baden-Württemberg, na Alemanha.⁸

A coerência do modelo original provinha da particularidade das suas circunstâncias, o que explicava as condições favoráveis que possibilitaram certo grau de colaboração entre empresas e permitiam que uma parte da força do trabalho desfrutasse de relações de trabalho vantajosas do ponto de vista social e material. Contudo, as particularidades do modelo logo foram se tornando secundárias e desapareceram. No livro que escreveu com Mike Piore, Chuck Sabel generalizou seu modelo como sendo a base de uma concepção proudhonista de um novo futuro de produção artesanal cooperativa em pequena escala, ao passo que Hirst e Zeitlin retiraram todas as limitações, quebrando o vínculo entre a "especialização flexível" e quaisquer condições

⁷Sobre a "Terceira Itália", veja também Fergus Murray, "The Decentralization of Production and the Decline of the Mass Collective Worker?" em *Capital and Class*, nº 19 (1983), pp. 74-99; Fergus Murray, "Flexible Specialization in the Third Italy", em *Capital and Class* nº 33 (1987), pp. 84-95; e Ash Amin, "The Flexible Small Firm in Italy: Myths and Realities", em Anna Pollert ed., *Farewell to Flexibility* (Oxford: Basil Blackwell, 1990).

⁸Sobre os limites do Toyotismo, veja Satoshi Kamata, *Japan in the Passing Lane* (Nova York: Pantheon, 1982); Knuth Dohse, Ulrich Jurgens e Thomas Malsch, "From 'Fordism' to 'Toyotism'? The Social Organization of the Labor Process in the Japanese Automobile Industry", em *Politics and Society*, vol. 14, nº 2 (1985), pp. 115-46. Sobre os benefícios duvidosos da flexibilidade na indústria alemã, veja Christel Lane, "Industrial Change in Europe: The Pursuit of Flexible Specialization in Britain and West Germany", em *Work, Employment and Society*, vol. 2, nº 10 (1988), pp. 141-68.

particulares, técnicas ou econômicas, ao insistir que o modelo é universalmente aplicável, uma vez que as relações de cooperação e confiança não dependem da produção em pequena escala, nem de uma determinada tecnologia ou relação de mercado, mas apenas da presença de um conjunto apropriado de normas e valores.⁹ Esta generalização levou a uma inversão sub-reptícia das relações causais originais. Enquanto que no modelo eram as condições econômicas favoráveis que possibilitavam a formação de relações de trabalho harmoniosas, ao menos entre os capitalistas e uma parte da força de trabalho, a generalização do modelo baseia-se no pressuposto de que são estas relações de trabalho harmoniosas a condição para a prosperidade econômica, embora esta suposição não seja nem explicitada nem submetida a um exame crítico.

É difícil detectar qualquer coerência no modelo da “especialização flexível”, enquanto que sua aplicabilidade empírica também já foi amplamente contestada. Williams e outros¹⁰ apresentam uma crítica completa de Sabel e Piore, mostrando que o modelo não postula relações coerentes entre seus diferentes elementos, e que não há prova empírica para a suposta quebra dos mercados de massa nem para a suposta incapacidade da produção de massa de responder a mudanças nas condições econômicas, e nem ainda para a suposta correlação entre a nova

⁹Alain Lipietz generalizou o dualismo do modelo original para ressuscitar a teoria, há muito desacreditada, da “nova divisão internacional do trabalho”, argumentando que ela representa uma divisão entre economias nacionais dominadas por relações de produção pós-fordistas, sustentadas por setores de produção dinâmicos, de alta tecnologia, alta qualificação e altos salários, e aquelas dominadas pelas relações de produção neo-fordistas, nas quais se enfrenta a pressão da competição com a intensificação do trabalho e os cortes salariais. Veja Alain Lipietz e Daniele Leborgne, “Fallacies and Open Issues about Post-Fordism”, artigo apresentado na conferência “Pathways to Industrialization”, Arrowhead Lake, Califórnia, março de 1990. Sobre a “nova divisão internacional do trabalho”, veja Rhys Jenkins, “Divisions over the International Division of Labor”, em *Capital and Class* nº 22 (1984), pp. 28-57; David Gordon, “The Global Economy: New Edifice or Crumbling Foundations?”, em *New Left Review* nº 168 (1988), pp. 24-64; E. Schoenberger, “Multinational Corporations and the New International Division of Labor: A Critique”, em Stephen Wood, ed., *The Transformation of Work* (Londres: Unwin Hyman, 1989).

¹⁰Karel Williams, Tony Cutler, John Williams e Colin Haslam, “The End of Mass Production”, em *Economy and Society*, vol. 16, nº 3 (1987), pp. 405-439.

tecnologia e a escala e as formas sociais da produção. Pollert¹¹ mostrou que, no caso britânico, a "flexibilidade" acarretou uma intensificação do trabalho. Fairbrother¹² enfatizou o papel de liderança do Estado ao promover a "flexibilidade", a qual, longe de expressar os requisitos tecnológicos da produção moderna, foi implementada no mais alto grau no setor público. Também Holloway¹³ destacou o papel do Estado ao reestruturar as relações de classe na indústria automobilística – não como consequência da introdução de novas tecnologias, mas como pré-condição social e econômica para estas. Elger¹⁴ reforçou esta conclusão com base num levantamento abrangente das provas, que mostra que houve amplas mudanças na organização do trabalho, nos acordos trabalhistas e nos sistemas de pagamento, mas que estas mudanças refletem o crescente fortalecimento dos empresários e o enfraquecimento dos trabalhadores, e não têm nenhuma relação determinada com a mudança tecnológica. Estas conclusões foram ainda mais reforçadas por um grande número de pesquisas recentes.¹⁵ Longe de voltarem atrás diante dessa bateria de argumentos assestados contra o modelo da especialização flexível, Hirst e Zeitlin extraem força das falhas evidentes deste, exatamente como os proponentes do pós-fordismo. Eles reconhecem que até mesmo os exemplos que escolheram não passam de realizações imperfeitas do seu ideal, e admitem que a flexibilidade e a automação têm sido introduzidas, de modo geral, como um meio de desqualificar, desorganizar e intensificar o trabalho. Eles insistem, porém, que esta não é uma falha do modelo mas

¹¹Anna Pollert, "Dismantling Flexibility", em *Capital and Class* nº 32 (1988), pp. 42-75.

¹²Peter Fairbrother, *Flexibility at Work: The Challenge for Unions* (Londres: WEA, 1988).

¹³John Holloway, "The Red Rose of Nissan", *Capital and Class* nº 32 (1987), pp. 142-64.

¹⁴Tony Elger, "Not the Polyvalent Worker: The Restructuring of Work Relations and Flexible Intensification in British Manufacturing", em Hew Beynon, ed., *The Changing Structure of Work* (Londres: Anglo-German Foundation, a sair), e "Technical Innovation and Work Reorganization in British Manufacturing in the 1970s," em *Work, Employment and Society*, vol. 4, número especial (maio 1990), pp. 67-101.

¹⁵Veja Richard Hyman e Wolfgang Streek, eds., *New Technology and Industrial Relations* (Oxford: Basil Blackwell, 1988); Richard Hyman, *The Political Economy of Industrial Relations* (Londres: Macmillan, 1989); Anna Pollert, ed., op. cit., John Tomaney, "The Reality of Workplace Flexibility", a sair em *Capital and Class* nº 41 (1990).

sim dos capitalistas, administradores, operários, sindicalistas e políticos, todos de visão estreita, ainda amarrados à ultrapassada concepção do modelo fordista.

A alegação de Hirst e Zeitlin de que a teoria da especialização flexível não propõe quaisquer relações necessárias entre os vários elementos do modelo é falaciosa, uma vez que eles não apresentam o modelo como mera visão utópica, mas sim como uma teoria que define novas formas institucionais de relações sociais de produção que prometem fornecer a base econômica para uma maior prosperidade e harmonia social. O fracasso dos capitalistas e do Estado em desenvolver essa nova estrutura institucional explica não só a persistência do conflito social mas, o que é mais importante, os malogros competitivos da indústria manufatureira americana e britânica. Esta análise parece levar diretamente a conclusões neoliberais: o fordismo foi sustentado além da sua duração apropriada por meio de subsídios e proteções governamentais, pelo emprego de mais trabalhadores do que o necessário, pela intransigência dos sindicatos e pela letargia empresarial. Diante de tais obstáculos, só uma forte dose de competição irá criar as condições nas quais as novas formas de produção podem prevalecer. Hirst e Zeitlin, porém, utilizam sua análise como fundamento para uma crítica do neoliberalismo, baseando-se numa suposta antítese entre, por um lado, o contrato e a competição (adotados pelo neoliberalismo), e por outro a confiança e a cooperação (os valores da especialização flexível).

Embora se suponha que as relações de cooperação e confiança sejam a chave para o aumento dos lucros e da prosperidade, a sobrevivência das empresas de especialização flexível é constantemente ameaçada pela competição por parte das empresas fordistas, tanto no âmbito da produção como nos mercados financeiros. Assim, longe de adotar uma solução neoliberal, Hirst e Zeitlin oferecem um programa político construído sobre uma estratégia industrial que forneceria ampla proteção e subsídio estatal às suas formas favoritas de produção – um programa que mantém os piores elementos da velha estratégia industrial da social-democracia, ao fornecer subsídios indiscriminados a empresas capitalistas, enquanto abandona qualquer compromisso com os princípios social-democráticos de coordenação central e responsabilidade política. Mas há um paradoxo no cerne do seu argumento. Se a especialização flexível é a chave para se restaurar

a produtividade e a lucratividade, na esteira da crise dos ultrapassados métodos fordistas de produção, é difícil perceber por que ela não seria capaz de suportar a competição vinda das empresas fordistas. Do mesmo modo, se as relações cooperativas são mais lucrativas do que as competitivas, é difícil compreender por que é necessário que estas relações sejam impostas aos capitalistas, em vez de deixar que o próprio interesse dos capitalistas as desenvolva, seja através da integração horizontal e vertical, do controle acionário mútuo, da participação na gestão da empresa, ou de contratos de longo prazo. Mas talvez sejam os capitalistas que estão certos ao se apegarem ao fordismo, e Hirst e Zeitlin que estejam errados ao acreditar que o amor, a confiança e a harmonia são a chave para a lucratividade.

O argumento de Hirst e Zeitlin não tem nada a ver com o fordismo. É essencialmente uma crítica democrata-cristã dirigida tanto à social-democracia como ao neoliberalismo. Seu principal argumento econômico é o de que as estratégias neoliberais não levam em conta externalidades (o que pode ser verdade na prática, mas não na teoria), de modo que uma certa estrutura coletiva é necessária para se fazer investimentos adequados em treinamento, pesquisa e infra-estrutura. Porém o estatismo social-democrata politiza estas decisões de investimento, em vez de subordiná-las às necessidades competitivas dos capitalistas locais ou nacionais. Assim, a base mais apropriada para se construir uma estratégia econômica não são as relações econômicas competitivas nem as formas políticas estatistas, mas sim um conjunto de valores comuns de solidariedade, que Hirst admite serem “as virtudes da cidade pequena, a família ao velho estilo e as atitudes sociais profundamente conservadoras”, características da Democracia Cristã.¹⁶ Estes valores se expressam em redes locais informais, típicas da Emilia-Romagna e de Baden-Württemberg, em que os capitalistas, os políticos, os funcionários públicos e os burocratas dos sindicatos desfrutam de relações de confiança e cooperação. Esta poderia se chamar a Vía Maçônica para o Socialismo. Os que escolhem o Japão como modelo têm um diagnóstico semelhante, mas uma solução um tanto diferente, tendendo a ressaltar o poder competitivo do capital corporativo nacional, e não dos empreendimentos locais, e enfatizar a “flexibilidade estruturada” oferecida pela supressão da competição no

¹⁶Hirst, “After Henry”, op. cit., p. 325.

trabalho, nos produtos e nos mercados financeiros.¹⁷ Esta poderia se chamar a Via Industrial, ou Feudal, para o Socialismo.

Até mesmo seus defensores mais ferrenhos foram capazes de descobrir apenas alguns exemplos isolados do novo sistema de produção, isso para não falar dos novos modos de regulação que se supõe que o modelo exija, e reconhecem que mesmo estes casos não passam de uma concretização imperfeita do seu sistema. O pós-fordismo não é uma realidade, mas uma promessa. Nenhum dos vários proponentes do pós-fordismo oferece um argumento coerente para justificar a relação harmoniosa entre as instituições econômicas, sociais e políticas que eles propõem. Assim, a promessa do pós-fordismo deriva inteiramente da alegação de que ele é capaz de superar os limites de um fordismo supostamente condenado ao fracasso por sua "inflexibilidade". Esta alegação, porém, baseia-se na adequação da caracterização do fordismo por eles empregada.

Um exame cuidadoso da revolução tecnológica fordista mostra que ela marcou o ápice da penetração do capital na produção, o que significa que o fordismo é sinônimo da produção capitalista *como tal*. Assim, a maneira como o próprio Ford aplicava os princípios da produção capitalista era inflexível. Esta inflexibilidade não era inerente ao sistema e foi abandonada no final da década de 1920. Em consequência, não há motivo para acreditar que a produção fordista é inerentemente inflexível. Pelo contrário, os princípios do fordismo já se demonstraram aplicáveis a uma gama extraordinariamente ampla de contextos técnicos.

A tecnologia fordista tornou uma nova variedade de produtos disponível para o mercado de massa. Assim o fordismo, em particular na indústria automobilística, precipitou uma revolução no consumo. Segundo a teoria da "especialização flexível", a inflexibilidade da tecnologia fordista e os gostos conformistas do trabalhador homogeneizado determinaram o caráter indiferenciado desse consumo de massa como um momento essencial do fordismo. Ao contrário, porém, a revolução fordista do consumo teve o efeito oposto, pois a flexibilidade do transporte motorizado quebrou a rigidez da era da ferrovia.

¹⁷Veja Martin Kenney e Richard Florida, "Beyond Mass Production: Production and the Labor Process in Japan", em *Politics and Society*, vol. 16, nº 1 (1988), pp. 121-58.

O fordismo não foi apenas uma nova tecnologia. A introdução da tecnologia exigiu novas formas da organização social do processo de produção, que dependiam da questão do controle. Esta organização, porém, não é determinada por imperativos tecnológicos mas sim por requisitos de lucratividade. A inflexibilidade de formas particulares de organização não é resultado da tecnologia, mas sim da resistência dos trabalhadores às exigências dos empregadores, tanto individualmente como através dos sindicatos. As restrições fordistas não são uma expressão da inflexibilidade tecnológica, mas de qualquer método de produção que exija a criação de um "trabalhador coletivo". Assim, as formas de organização do processo de trabalho são determinadas através de uma luta permanente acerca da organização social e do controle do trabalhador coletivo. A luta pelo controle é uma característica permanente que nunca pode ser resolvida de maneira definitiva, pois baseia-se num conflito fundamental entre as necessidades do trabalho e os imperativos capitalistas. Portanto, cada resolução do conflito é apenas a base para a sua renovação. Neste sentido, a organização social da produção não pode ser explicada como uma expressão de uma determinada tecnologia, mas apenas como uma fase da luta permanente.

De um modo mais amplo, à medida que as organizações de trabalhadores fazem exigências políticas, sua intransigência ameaça a estabilidade do Estado e a reprodução da sociedade como um todo. Se os capitalistas e os políticos podem reconhecer que os trabalhadores têm interesses diferenciados, aqueles também insistem em que os interesses destes últimos devem se subordinar à necessidade de garantir a reprodução expandida do capital e a estabilidade do Estado. Assim, a recusa dos trabalhadores de aceitar esta subordinação lhes parece uma expressão irracional da sua imaturidade. É essa percepção que se encontra subjacente ao projeto mais amplo do fordismo, cujo objetivo não é simplesmente criar uma nova forma de organização do trabalho, mas sim criar uma nova forma de sociedade, construída sobre instituições pelas quais os conflitos de interesses possam ser resolvidos racionalmente, e também um Novo Homem, com as qualidades morais e intelectuais exigidas por essa nova sociedade.

Este projeto sociológico fordista não é estático, mas deve se desenvolver à medida que confronta obstáculos para sua resolução. Isto significa que não pode haver apenas um projeto fordista, mas toda uma série deles; alguns podem demonstrar que

são temporariamente mais bem-sucedidos do que outros, mas nenhum deles poderá jamais realizar-se plenamente. O que se segue indicará como o fordismo da década de 1960 não foi mais bem-sucedido que qualquer de suas versões anteriores na tentativa de garantir a prosperidade e a harmonia. A crise pelo qual ele passou não significou a morte do fordismo, nem tampouco a morte de qualquer dos seus protótipos anteriores.

A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA FORDISTA

Aqui o ponto de partida obrigatório é a revolução técnica que Henry Ford realizou na Ford Motor Company. A história é bem conhecida.¹⁸ Não havia nada de original nem nos detalhes nem nos princípios gerais que Ford aplicou à produção automobilística. A decomposição das tarefas, a especialização das ferramentas, a fusão de várias ferramentas em uma máquina, e mesmo de várias máquinas em um sistema de máquinas, eram características típicas da transformação da produção artesanal em produção industrial de larga escala – processo que já havia avançado mais nos EUA do que em qualquer outro país, estimulado sobretudo pela escassez e pela força organizada dos trabalhadores especializados.¹⁹ A originalidade do projeto de Ford foi o fato de que ele aplicou estes princípios a uma nova área da produção, e os aplicou de uma maneira tão implacável e obstinada que transformou as condições da produção automobilística quase da noite para o dia.

Embora as realizações de Ford sejam popularmente atribuídas à sua introdução da linha de montagem, esta foi apenas uma pequena parte da revolução. A introdução da linha de montagem pressupunha a produção em massa de peças padroni-

¹⁸Huw Beynon, *Working for Ford* (Londres: Harmondsworth, 1973). O Capítulo Um dá uma versão concisa da história. Stephen Meyer III, *The Five Dollar Day* (Albany: SUNY Press, 1981) é muito útil. Henry Ford, *My Life and Work* (Garden City, NY; Doubleday, 1922) é o texto sagrado.

¹⁹Os princípios gerais foram expostos sistematicamente pela primeira vez por Marx na sua discussão sobre "A maquinaria e a indústria moderna", em *O Capital*, vol I. Neste sentido, o fordismo é "um termo sucinto para os princípios organizacionais e tecnológicos característicos da moderna fábrica em grande escala". Charles Sabel, *Work and Politics* (Cambridge: Cambridge University Press, 1983), p. 33.

zadas e intercambiáveis em um grau muito elevado, o que só se poderia obter organizando a maquinaria especializada de maneira tal que permitisse tanto a desqualificação do operário qualificado como a separação rigorosa entre produção e montagem. Uma vez que isto foi conseguido, o desenvolvimento da linha de montagem foi quase uma formalidade. A linha mais complexa, a da montagem do chassis, levou apenas seis meses para se desenvolver. Embora ela tivesse causado um corte imediato da ordem de seis vezes no tempo de trabalho exigido para montar o chassis, isso representou uma economia de apenas dez horas, ou seja, cerca de 2 dólares em custos salariais, para um automóvel com preço final por volta de 500 dólares.

A fragmentação de tarefas significava que os engarrafamentos na produção podiam ser identificados de imediato, oferecendo problemas tecnológicos e/ou organizacionais bem definidos para os engenheiros de Ford. Significava também que as mudanças tecnológicas podiam ser introduzidas uma a uma, substituindo-se determinadas ferramentas ou alterando-se a organização de uma determinada seção da fábrica sem ter de transformar o sistema como um todo. Neste sentido, a fragmentação fordista de tarefas e a padronização de componentes introduziu uma nova *flexibilidade* que abriu o caminho para o dinamismo tecnológico.

Em resumo, o fordismo desmontou uma tecnologia que era extremamente rígida e uma organização da produção igualmente rígida, reduzindo-a a seus elementos constitutivos, a fim de remontá-la segundo seus próprios princípios racionais. Se é verdade que não há virtude inerente na "flexibilidade" por si só, e os métodos estabelecidos podem se tornar uma barreira para avanços posteriores, o dinamismo tecnológico constante inerente ao fordismo implica um máximo de adaptabilidade dos métodos de produção. Mais ainda, enquanto o fordismo desqualificava uma grande parte da mão-de-obra da produção direta, ele também criava a necessidade de novas qualificações. Para manter a linha de montagem em movimento, Ford precisava de uma camada de operários com especializações "polivalentes" a fim de preencher lacunas na linha, dominar os engarrafamentos e fazer a manutenção da maquinaria. Ao mesmo tempo, o dinamismo do fordismo, necessário para manter a superioridade competitiva de uma fábrica, implicava o desenvolvimento constante de novas ferramentas, tornos e máquinas que só podiam ser desenvolvidos

por operários altamente qualificados, utilizando máquinas flexíveis e para fins diversos.²⁰

O projeto de Ford estava associado com diversas outras características provavelmente essenciais para a sua realização, que introduziam obstáculos ao avanço do fordismo. Em particular, Ford via a integração vertical da produção e a padronização dos produtos como elementos essenciais da sua revolução. A integração vertical era necessária porque era preciso aplicar os princípios fordistas à produção de todos os componentes. Contudo, uma vez adotados estes princípios, a integração vertical se tornou um obstáculo para seu desenvolvimento, pois os fornecedores independentes podiam conseguir maiores economias de escala fornecendo componentes idênticos a diversos fabricantes.²¹

Da mesma forma, a padronização dos produtos provavelmente foi necessária num primeiro momento para garantir retornos suficientes para levar a cabo a racionalização da produção e a padronização dos componentes. Mas uma vez que isso foi conseguido, a padronização dos produtos se tornou um obstáculo para o desenvolvimento da tecnologia de fabricação, pois limitava o escopo para a obtenção de maiores economias de escala expandindo a variedade de modelos. O aumento maciço da produção do Modelo T, e o crescimento igualmente rápido de um mercado de segunda mão significou que o mercado automobilis-

²⁰Sobre a flexibilidade do fordismo, veja Karel Williams, Tony Cutler, John Williams e Colin Haslam, "The End of Mass Production", em *Economy and Society*, vol. 16, nº 3 (1987), pp. 405-39.

²¹O relatório da OEEC sobre o desenvolvimento da indústria automobilística europeia depois da Segunda Guerra Mundial advertia contra a integração vertical por estes motivos. Esse relatório é uma antecipação fascinante do pós-fordismo, enfatizando a descentralização, a multiplicidade de fontes e a subcontratação da indústria automobilística americana, e a função central da padronização das peças para a capacidade da indústria de reconciliar uma alta produtividade com uma ampla variedade. A Chrysler era um exemplo típico de subcontratação, com 10.000 fornecedores de peças de automóveis em 42 estados americanos, 75% dos quais com menos de cem empregados. Veja OEEC, *Some Aspects of the Motor Vehicle Industry in the US* (Paris: OEEC, 1952). A integração vertical, em oposição às relações de subcontratação ou puramente mercadológicas, é uma questão complexa, que envolve uma série de vantagens e desvantagens associadas não só a limitações tecnológicas mas também a considerações legais, financeiras, comerciais e competitivas, assim como a aspectos de controle do trabalho. O fordismo requer a coordenação central da produção e a integração das partes com o todo. Mas em circunstâncias particulares, essa subordinação pode ser obtida igualmente bem, ou igualmente mal, através dos processos anônimos do mercado, assim como pela regulação burocrática centralizada por redes cooperativas.

tico logo se aproximou da saturação. Por outro lado, o mercado para automóveis mais sofisticados continuava demasiado restrito para comportar métodos de produção fordistas. O fracasso de Ford em compreender plenamente que a chave da sua revolução era a padronização dos componentes, e não a padronização do produto, deixou aberta a brecha que a General Motors preencheu de imediato, diversificando o leque dos seus modelos. Neste sentido, não se pode contrapor o "sloanismo" ao fordismo, uma vez que aquele não passa do desenvolvimento dos princípios fordistas, removendo as barreiras levantadas pela visão limitada de Ford. Foi a aplicação do princípio da utilização de componentes padronizados para a produção de uma série de modelos, e até mesmo de produtos totalmente diferentes, que permitiu a rápida difusão dos métodos fordistas de produção.

Se o fordismo for estritamente identificado com as realizações técnicas e organizacionais de Ford, ou ainda com sua filosofia de produção, então deve-se considerar que o fordismo fracassou na década de 1930, sendo substituído por formas de produção mais flexíveis, únicas responsáveis pela difusão dos princípios fordistas. Contudo, é tão claro que essas características são secundárias em relação ao significado revolucionário do projeto de Ford que é muito mais sensato descartá-las, e identificar o fordismo, mais amplamente, com a decomposição e a recomposição do processo de produção como base para a generalização dos métodos industriais de produção e internalização das fontes de dinamismo tecnológico.

A REVOLUÇÃO FORDISTA DO CONSUMO

O fordismo envolvia uma revolução não só na tecnologia, mas também no consumo. O projeto de Ford dependia da sua concepção do automóvel como o meio de transporte básico. Esta revolução não foi, absolutamente, associada a um estreitamento das opções, à supressão das diferenças ou à homogeneização dos produtos ou dos consumidores. Antes do Modelo T, podia-se comprar qualquer tipo de transporte pessoal, contanto que fosse um cavalo. Ford ofereceu uma gama de cores mais limitada do que os criadores de cavalo podiam oferecer, mas havia oportunidade para mais acessórios do que uma simples ferra-

dura. Com a generalização dos métodos de produção fordistas, outros fabricantes logo entraram no mercado de massa, oferecendo aos consumidores da classe média um leque de opções que até então só estava disponível para os ultra-ricos. Mais ainda, a padronização dos componentes e as melhorias tecnológicas ampliavam os benefícios do fordismo tanto em termos de preço como de confiabilidade para os produtores especializados. Embora até então cada cavalo, carroça e carruagem fora único, suas limitações fisiológicas, técnicas e econômicas significavam que na verdade havia uma gama muito limitada de modelos disponíveis.

A rápida redução do custo de produção do automóvel transformou-o de um brinquedo de luxo em um novo modo de transporte de massa, que restaurou a flexibilidade e a individualidade da mobilidade pessoal ameaçada pela era da ferrovia, embora a necessidade de estradas pavimentadas significasse que o carro nunca poderia rivalizar com a flexibilidade do cavalo. O ônibus a motor cortou os custos e aumentou a capacidade do transporte público urbano. O impacto do desenvolvimento do transporte comercial rodoviário foi pelo menos tão significativo quanto o desenvolvimento do automóvel particular.

A expansão das ferrovias fora uma alavanca imensamente poderosa para a concentração do capital, em áreas tão variadas como a dos bancos e das finanças, do aço e do carvão, da distribuição de commodities e do comércio atacadista e varejista. Isto não resultou apenas da concentração do capital ferroviário, mas também da rigidez do sistema ferroviário, que abriu o mercado de massa mas estreitou os canais de acesso a esse mercado. A concentração de capital em toda uma série de indústrias de bens de consumo tinha levado à competição baseada na diferenciação de produtos homogêneos e no processamento industrial de matérias-primas, oferecendo uma gama cada vez maior de bens de consumo. Ao mesmo tempo, porém, a rigidez do transporte ferroviário confinava estas oportunidades às empresas maiores, ao mesmo tempo que restringia a distribuição dos seus produtos. O desenvolvimento do transporte rodoviário superou essas barreiras, ampliando a distribuição do novo leque de produtos e também oferecendo aos pequenos produtores o acesso a novos mercados de massa.

A revolução na produção e no consumo inaugurada pela era da ferrovia fora essencialmente urbana, ignorando assim, em boa medida, as comunidades que não tinham estação ferroviária.

O crescimento do transporte motorizado propagou a revolução pelo campo, integrando até o vilarejo mais remoto à estrutura do mercado e dando a base para a revolução nas comunicações de massa trazida pelo desenvolvimento do rádio e depois da TV. Por fim, a generalização fordista possibilitou uma enorme diversificação no consumo de massa, pois a padronização dos componentes possibilitava montar uma variedade quase infinita de produtos, sem perder os benefícios da produção em massa. Em todos esses aspectos a "revolução no consumo" aplaudida pelo pós-fordismo é, direta ou indiretamente, não uma reação contra o fordismo, mas apenas um desenvolvimento deste.

A TRANSFORMAÇÃO FORDISTA DO PROCESSO DE TRABALHO

O fordismo envolvia não só uma revolução na tecnologia e no consumo, mas também nas relações sociais de produção. Primeiro, a rigorosa decomposição de tarefas, incluindo a separação precisa entre tarefas especializadas e não-especializadas, permitindo a diferenciação rigorosa da força de trabalho, o que reforçou a existência de um "mercado de trabalho duplo", composto de uma pequena camada de trabalhadores especializados e uma grande massa de operários não-qualificados, imigrantes. Segundo, a transição do artesanato para a produção industrial ameaçava reduzir o operário a uma engrenagem na máquina industrial. A mão-de-obra industrial não era mais constituída por uma massa mais ou menos coordenada de operários e grupos de operários individuais, cada um sob a direção de um trabalhador especializado ou de um supervisor. O fordismo procurava fundir a força de trabalho num todo orgânico, formando um genuíno "trabalhador coletivo", em que a contribuição produtiva de cada indivíduo e cada grupo dependia da contribuição de cada um dos outros. A distinção entre esses dois aspectos do desenvolvimento da produção industrial é essencialmente a distinção entre o taylorismo e o fordismo. O taylorismo decompõe tarefas e as distribui entre os trabalhadores individuais, ao passo que o fordismo re-

compõe as tarefas soldando os trabalhadores individuais, fazendo deles uma máquina humana.²²

A flexibilidade e a autonomia que se supõe que sejam características dos artesãos especializados são, decididamente, obstáculos à socialização fordista da produção, cujo desenvolvimento pleno depende de que os trabalhadores desempenhem as tarefas que lhes são designadas, por mais especializadas ou não-especializadas que sejam, no local designado, no momento designado. Por esse motivo, os artesãos tendem a resistir à fordização da produção, e a destruição dos sindicatos de artesãos é uma pré-condição para a aplicação plena dos princípios fordistas. Isto, porém, não é um requisito imposto pela tecnologia, mas sim pela dominação capitalista da tecnologia, e pela organização social do trabalho a ela associada, para reduzir o tempo de trabalho e acelerar o *turnover* de capital. Assim, o grau a que a autonomia dos trabalhadores se subordinava à máquina humana era determinado não pela tecnologia, mas por uma luta persistente, a qual por sua vez limitava as maneiras específicas em que os princípios fordistas eram institucionalizados em diversos lugares e épocas.

Nos EUA, os empregadores já tinham conseguido explorar o fluxo maciço de trabalhadores imigrantes e as fortes divisões seccionais e racistas dentro do movimento sindicalista para destruir os sindicatos de artesão e, temporariamente, controlar a produção sem serem desafiados. Na Europa, os empregadores não desfrutavam de circunstâncias tão favoráveis. Embora tivessem derrotado o sindicalismo em meados da década de 1920, ainda tinham de levar em consideração os trabalhadores especializados, e organizar a produção de maneira a reproduzir e reforçar dentro da força de trabalho as divisões herdadas do sistema anterior.²³ Isto, por sua vez, reproduzia as diferenças na composição da mão-de-obra de acordo com a qualificação, e as formas institucionais de relações industriais que diferenciavam a Europa (e o Japão) dos EUA. O fato de que mesmo assim os princípios

²²Christian Palloix, "Le procès de travail. Du fordisme au neofordisme", em *La Pensée* 185 (fevereiro de 1976). Traduzida no panfleto do CSE/Stage One, *The Labor Process and Class Strategies* (1976).

²³Assim, apesar dos esforços para evitar o desenvolvimento do sindicalismo no nível da planta, a tentativa de Ford de exportar seus métodos para a Europa não foi totalmente bem-sucedida. Cf. Beynon, op. cit.; Ferruccio Gambino, *Worker' Struggles and the Development of Ford in Britain* (London: Red Notes, s/d.)

fordistas puderam ser generalizados é mais uma prova da sua flexibilidade.

A plena "americanização" da indústria só poderia ter se realizado contrapondo ao poder do operariado o "direito dos administradores de administrar" – um direito que os trabalhadores especializados nunca haviam reconhecido. Esta foi a consideração básica que, até os anos 1950, motivava a resistência dos capitalistas e operários europeus à americanização da indústria européia. Na extensão em que os métodos fordistas de produção se estabeleceram fora dos EUA antes de 1939, foram amplamente adaptados às condições locais, seja à militarização do operariado no Japão e nos campos de trabalho do Terceiro Reich, ou ao corporativismo fascista da Alemanha e da Itália, ou ainda ao produtivismo trabalhista da União Soviética ou às relações industriais mais fragmentárias da Grã-Bretanha. Enquanto a nova tecnologia podia ser introduzida lucrativamente na base da negociação dentro da estrutura já existente, não havia incentivo à mudança. Na Alemanha, Itália e Japão, nem mesmo a destruição dos sindicatos pelo fascismo, pela guerra e pela ocupação limpou o terreno completamente para o fordismo. Na Grã-Bretanha, foi apenas na década de 1970 que os empregadores buscaram reestruturar as qualificações e a organização sindicalista no local de trabalho – uma reestruturação que foi inteiramente fordista, embora facilitada por novas formas de tecnologia.

É um lugar-comum dizer que o desenvolvimento de novas tecnologias e da organização social da produção é moldado pelo contexto mais amplo em que ocorre. Neste sentido, o fordismo é um projeto que nunca pode ser plenamente realizado. O outro lado deste lugar-comum é o de que a tecnologia tem de ser suficientemente flexível para acomodar as resistências e imperfeições humanas. Nem as tarefas nem os trabalhadores poderão jamais ser perfeitamente padronizados, de modo que um certo grau de flexibilidade tem de ser incorporado ao sistema industrial para garantir que as variações normais no ritmo de trabalho possam ser absorvidas sem levar o sistema inteiro a uma brusca interrupção. Isto pode envolver a manutenção de estoques de emergência, a redução na velocidade da linha de produção, a manutenção de uma equipe de operários extras, permitindo que os outros avancem ou recuem na linha de montagem etc. Isto, por sua vez, implica que a boa vontade e capacidade dos operários de executar as tarefas que lhes são designadas não podem simples-

mente ser impostas pela tecnologia, pois a flexibilidade que tem de ser incorporada para acomodar as interrupções e as variações individuais pode facilmente ser explorada pelos trabalhadores, individual e coletivamente, para recriar um certo grau de autonomia e aliviar a carga do trabalho.²⁴ De outra parte, se o sistema simplesmente se ajusta às necessidades dos trabalhadores, os benefícios do sistema para o capital sofrerão uma gradual erosão. Assim, longe de oferecer uma solução tecnológica para o problema da regulação do trabalho, o sistema industrial exacerba o problema do controle do trabalho. Este problema não era novo, em absoluto; ele é o dilema do capital desde que este começou a tentar controlar a produção. Sem o controle da força de trabalho as novas tecnologias, por mais produtivas que sejam, são inúteis para o capitalista. Assim, a solução do problema do controle de trabalho era uma condição para a introdução proveitosa da tecnologia fordista.²⁵

A REGULAÇÃO FORDISTA DO TRABALHO: O DIA DE CINCO DÓLARES

O problema do controle do trabalho apareceu sob diferentes formas nas próprias fábricas Ford. Interrupções na produção, deterioração da qualidade, absenteísmo, doenças, rotatividade de mão-de-obra e aumento da atividade sindical –

²⁴ Assim, Aglietta está errado quando alega que “os trabalhadores são incapazes de oferecer qualquer resistência individual à imposição da norma da produção, uma vez que a autonomia das funções foi totalmente abolida.” Veja o seu *Theory of Capitalist Regulation* (Londres: New Left Books, 1979), pp. 118-19.

²⁵ O método tradicional de controlar o trabalho na produção artesanal era através do pagamento por produção, com a supervisão de trabalhadores especializados na base de subcontratação interna e sistemas de turmas ou ajudantes. O taylorismo implicava a individualização rigorosa do pagamento por produção como meio de monitorar e regular o esforço de cada trabalhador (embora o próprio Taylor fosse contra o pagamento por produção). Contudo, esse método de pagamento era inadequado para as novas formas coletivas de organização do trabalho, nas quais as contribuições produtivas individuais eram subordinadas ao todo. Por outro lado, a tecnologia por si só não podia servir para impôr uma disciplina coletiva aos trabalhadores. Assim, o controle do trabalho só poderia basear-se numa combinação de subordinação técnica do trabalho à máquina, implementada pela supervisão externa e reforçada por novos métodos de estimular a motivação subjetiva do trabalhador.

todos esses problemas ameaçaram solapar as conquistas técnicas de Ford. A primeira tentativa de combater esses problemas, no final de 1913, envolvia a criação de uma nova escala de salários relacionados às qualificações ("*skill-wages ladder*"), a fim de oferecer incentivos e voltar a impor uma estrutura hierárquica no trabalho, e uma Associação de Poupança e Empréstimos para combater a insegurança. Isto, porém, teve pouco impacto. Em 1914, Ford introduziu um esquema muito mais radical, que utilizava salários mais altos e supervisão extensa, num exercício extremamente ambicioso de engenharia social, o "Dia de Cinco Dólares", que cortava as horas de trabalho e prometia mais que o dobro do salário (sob a forma de "distribuição de lucros") para os que se conformavam aos padrões de Ford.

O Dia de Cinco Dólares acarretou uma reestruturação mais radical das categorias ocupacionais. O mais importante, porém, é que ele foi usado para impor padrões de moralidade e comportamento, tanto no local de trabalho como fora dele. Apenas os trabalhadores maduros, com seis meses de serviço, cujos hábitos morais e pessoais passavam por rigorosos testes, eram elegíveis para as bonificações. Para capacitá-los a passar nesses testes, Ford fundou igrejas e estabeleceu um programa de educação e bem-estar para oferecer orientação moral, ensinar inglês, inculcar valores americanos e defender o *American Way of Life*. Os trabalhadores que não passavam nos testes podiam ficar um período extra antes de serem despedidos. Foi fundado o Departamento Sociológico para desenvolver, monitorar e implementar este projeto. Nem é necessário dizer que na visão de Ford, individualista e centrada na família, não havia lugar para o trabalhador de massa, os sindicatos, o pleno emprego ou o *welfare state*.²⁶

O impacto inicial do novo esquema foi impressionante. O absenteísmo caiu de 10% para menos de 0,5%. A rotatividade caiu de quase 400% para menos de 15%. A produtividade cresceu tão intensamente que, embora os salários tivessem dobrado e a produção por dia de trabalho diminuído, os custos caíram. Contudo, Ford não conseguiu pagar esses salários por muito

²⁶Para detalhes do projeto, veja Meyer, op. cit. Na Europa dos anos 1920, o fordismo era visto, seja de modo positivo ou negativo, como um componente básico do "americanismo". Para duas avaliações totalmente divergentes da visão de Ford do "Novo Homem", compare Antonio Gramsci, "Americanismo e Fordismo", no seu *Prison Notebooks* (Londres: Lawrence and Wishart, 1971), com Aldous Huxley, *Brave New World* (Harmondsworth: Penguin, 1955).

tempo. Enquanto a inflação corroía os ganhos salariais, o mercado para seu automóvel permanecia limitado, apesar de uma contínua queda nos preços, e Ford enfrentava a competição crescente daqueles que não só haviam seguido seu pioneirismo mas também levado ainda mais adiante sua revolução. A General Motors oferecia uma variedade mais ampla de produtos, enquanto o crescente mercado de segunda mão solapava o Modelo T. Mesmo assim, foi Ford, e não o fordismo, que foi demasiado inflexível para reagir a estas mudanças. Ford continuou convencido da sabedoria de seus métodos e procurou fazer face à competição crescente cortando ainda mais os custos. Porém as melhorias tecnológicas, por si só, não podiam cortar os custos o suficiente para restituir a boa-sorte a Ford. A única alternativa era cortar os salários e intensificar o ritmo de trabalho, não por meio de aumentos salariais, mas por uma implacável disciplina, imposta pelo setor agora chamado de "Departamento de Serviço", com sua força policial particular e sua rede de espiões dentro e fora da fábrica.

Os métodos cada vez mais repressivos de Ford não foram ditados pela tecnologia, nem pelas condições econômicas. Outros produtores vinham desenvolvendo sistemas alternativos e mais econômicos de controle do trabalho, para fazer face à crescente resistência dos trabalhadores. A tentativa de Ford de criar um Novo Homem adequado à sua Nova Era criou apenas hostilidade e ressentimento, ao mesmo tempo que embarcava numa escalada de custos de supervisão e implementação. O alto índice de desemprego possibilitou a Ford recrutar mão-de-obra durante toda a década de 1930, e ele conseguiu utilizar sua riqueza e poder para excluir os sindicatos; entretanto, outros empregadores estavam reconhecendo os sindicatos e percebendo que novas formas de relações industriais, construídas sobre os acordos coletivos, eram capazes de reconciliar o controle do trabalho com a paz industrial, permutando a aceitação das prerrogativas gerenciais por melhores salários e condições de trabalho. O desenvolvimento de sistemas mais complexos de classificação de empregos e de pagamentos, incluindo bonificações, incentivos e pagamentos por produção, fragmentou a força de trabalho, ao mesmo tempo que oferecia um meio pelo qual os trabalhadores individuais podiam ser subordinados à disciplina de seus colegas, reduzindo assim os custos de supervisão. Tais sistemas davam à mão-de-obra um certo grau de controle coletivo sobre o ritmo de

trabalho. Ao mesmo tempo, porém, através de acordos de produtividade e da ideologia da “participação nos lucros”, foi institucionalizado um interesse comum entre o empregador e os sindicatos, representando o “trabalhador coletivo”, postado acima do conflito diário de interesses entre o empregador e os trabalhadores ou determinadas seções. Mais ainda, o desenvolvimento de um sindicalismo responsável, com o incentivo ideológico, financeiro e político do Estado, mostrou ser uma poderosa força para a estabilização política perante o crescente torvelinho político durante o *New Deal* – estabilização que foi ameaçada pela oposição rancorosa e contínua de Ford aos sindicatos. Mesmo assim, foi só em 1941, quando forçado a reconhecer a existência da UAW (Union of Automobile Workers) devido a uma greve maciça, que Ford admitiu o fracasso de sua missão de inspiração divina.

A ROTINIZAÇÃO DO CARISMA: FORD E SUA FUNDAÇÃO

O fordismo tinha resolvido sua primeira crise desenvolvendo outras formas de controle do trabalho, diferentes das que Ford defendera de início – formas de controle que abandonavam a tentativa de criar o Novo Homem e permitiam às organizações trabalhistas certo grau de autonomia negociada. O desenvolvimento de um esquema estável de relações industriais na fábrica era estreitamente associado com o desenvolvimento de estruturas de negociação que se estendiam por toda a indústria, e com o reconhecimento político dos sindicatos como o canal legítimo para a representação dos interesses de seus membros. A utopia fordista tinha entrado em colapso, e logo seria substituída pelo novo sonho do *New Deal*. Embora este último sistema tivesse semelhanças superficiais com a concepção social-democrática do *Welfare State* de Keynes, tratava-se de uma estratégia populista, e não social-democrática. Assim, o *Welfare State* keynesiano não foi um desenvolvimento do *New Deal*, assim como o *New Deal* não foi um desenvolvimento do projeto fordista original.

A estratégia do *New Deal* não podia ser mais diferente do projeto de Ford, ao conceder aos trabalhadores o pleno reconhecimento político. Porém ela se baseava numa fé ingênua

na compatibilidade do capitalismo com a democracia industrial. Foi articulada pelas teorias sociológicas populistas do institucionalismo, que viam os sindicatos como representantes autênticos dos interesses da mão-de-obra, ou seja, como o baluarte da democracia dentro do capitalismo. Entretanto, ela falhou ao não reconhecer nenhum conflito de interesses fundamental entre o capital e o trabalho, assumindo assim que um sistema político democrático podia oferecer o arcabouço para a resolução racional dos conflitos. A viabilidade dessa estratégia dependia do baixo nível de desenvolvimento das organizações políticas trabalhistas, do desenvolvimento limitado do sindicalismo, e da desmoralização dos sindicatos na pior fase da depressão. Assim, a estratégia já estava passando por dificuldades com a onda de greves e paralisações de 1936-37, antes de receber um novo impulso vital pelos imperativos da guerra que se aproximava.

Os limites da utopia do *New Deal* tornaram-se evidentes assim que terminou a Segunda Guerra Mundial. Os vencedores precisavam supervisionar a reconstrução econômica, social e política dos vencidos, mas tinham também seus próprios problemas no processo de conversão à paz, e estes foram sua primeira preocupação. Estes problemas se centravam nas formas apropriadas de institucionalização das relações de trabalho, uma vez que haviam terminado as condições de guerra. Os empregadores procuravam reverter os ganhos que o trabalho organizado conseguira na época da guerra, enquanto os trabalhadores procuravam aproveitar-se do mercado de trabalho relativamente rígido, dos altos lucros e dos mercados com alta potencialidade de expansão, para garantir mais vantagens. O resultado, em especial nos EUA, foi um período de lutas acirradas, ainda que episódicas e fragmentadas, e uma forte instabilidade institucional, cujos riscos políticos foram simbolizados pela direção de diversos poderosos sindicatos da CIO (Congress of Industrial Organizations) conquistada pela esquerda.

Nos EUA a estabilização do sistema de relações industriais foi um problema agudo, mas em outros países foi pior ainda. Ele foi exacerbado pela ingenuidade da primeira tentativa norte-americana de exportar o *New Deal* para as potências derrotadas, incentivando a expansão dos sindicatos como baluartes da democracia e garantia contra o ressurgimento do fascismo. Eles de fato provaram serem baluartes da democracia, mas não necessariamente dedicados à realização do fordismo e do *American*

Way. O rápido crescimento do sindicalismo militante, muitas vezes sob liderança comunista, ameaçava entregar a Europa e o Japão aos comunistas. O sindicalismo tinha de ser despolitizado, reduzido à representação de interesses econômicos específicos e à negociação dentro dos limites de um esquema legalmente regulamentado de acordos coletivos. Tinha de ser representado politicamente apenas como grupos de interesse dentro de um sistema político pluralista. Tinha de ser salvo dos Vermelhos e reincorporado aos ideais do fordismo.

Mais uma vez foi a sociologia que veio em auxílio no momento crucial, oferecendo a perspectiva estratégica para a reconstrução capitalista do pós-guerra em escala global. Desta vez não foi o defunto Departamento de Sociologia de Ford, mas uma instituição muito mais grandiosa, a Fundação Ford, com íntimas ligações com o governo americano, e em especial com a CIA. Em 1948, a Fundação Ford encomendou um estudo sobre a filosofia política a ser adotada no futuro, cujo relatório (o Relatório Gaither) teve enorme influência para determinar tanto a estratégia da CIA durante sua fase "liberal" dos anos 1950 como o desenvolvimento das ciências sociais. O projeto mais influente que resultou da última parte dessa iniciativa foi o "Estudo Inter-Universidades de Problemas Trabalhistas e Desenvolvimento Econômico", que começou a solicitar fundos em 1951 e apresentou seu relatório final em 1975.²⁷

O Relatório Gaither preocupou-se em identificar os problemas sociais críticos "onde se situa a mais grave ameaça à democracia e ao bem-estar humano."²⁸ O relatório advertia sobre os perigos da complacência, que surge de uma identificação das instituições existentes com o "espírito da democracia". Assim, o anticomunismo por si só não era suficiente. Era necessário primeiramente reformar as instituições americanas para dar à

²⁷O relatório final listava 35 livros e 43 artigos como produtos desse projeto. O programa é mais conhecido pelo seu resumo teórico. Veja Clark Kerr et. al., *Industrialism and Industrial Man* (Londres: Heinemann, 1962). A proposta original era de um programa intitulado "Relações de Trabalho e Desenvolvimento Econômico", que procurava compreender "a posição da classe trabalhadora em diversas sociedades", a fim de auxiliar "o desenvolvimento de uma estratégia americana mundial eficiente". A história toda está narrada em James L. Cochrane, *Industrialism and Industrial Man Revisited* (Nova York: Ford Foundation, 1979), que republica a proposta original nas pp. 66-73.

²⁸H. Rowan Gaither Jr., *Report of the Study for the Ford Foundation on Policy and Program* (Detroit: Ford Foundation, 1949), p. 14.

democracia o “direito de crescer”, a fim de “nos livrarmos da traição sem pôr em risco a liberdade”. O relatório enfatizava a importância da defesa nacional e os perigos do isolacionismo, mas criticava severamente as pretensões democráticas das instituições americanas existentes. Expressava ansiedade sobre a impropriedade de um sistema político que servia a interesses especiais, em vez de refletir a vontade do povo. O relatório destacava a importância de se atingir um nível de renda e de emprego elevado e estável, tanto no país como no estrangeiro, e realçava a necessidade de “uma compreensão mais completa do comportamento humano” para determinar as causas do conflito industrial. Ele relatava “um grau incomum de insatisfação” com o fracasso do sistema educacional em oferecer igualdade de oportunidades e em desenvolver “a determinação, o caráter e os valores do indivíduo”. Alertava contra os perigos do “ajustamento emocional inadequado” perante “mudanças vastas e rápidas... com as conseqüentes perturbações políticas, econômicas e sociais.” Mas apesar de descrever a desigualdade, o descontentamento, o conflito e o desajustamento no coração do país, o relatório deixava claro que os defeitos do sistema americano eram apenas superficiais. Podiam ser remediados por um programa abrangente e ambicioso de desenvolvimento das ciências humanas, das quais o projeto da “sociedade industrial”, dominado por Kerr e Dunlop, foi o resultado mais importante e mais influente.

Sem indulgir num reaproveitamento da conhecida teoria da sociedade industrial, que é o prato principal da sociologia moderna, basta notar que Kerr definia um projeto fordista muito mais humanista e otimista, na esperança de que ele se venderia melhor nos mercados mundiais do que o plano anterior de Ford, de trabalho duro e autodisciplina puritana. A imagem de Kerr não era a de uma sociedade industrial tal como ela é, mesmo nos EUA, mas sim de uma sociedade industrial “do tipo ideal”, na qual uma força de trabalho feliz, dotada de múltiplas qualificações, instruída, individualista, orientada para as realizações, com mobilidade social, ocupacional e geográfica, culturalmente homogêna e psicologicamente saudável se adaptaria constantemente às rápidas mudanças técnicas e sociais, solucionando seus conflitos pacificamente, através dos canais apropriados para a resolução de conflitos e de um sistema adequado de relações industriais. Embora Kerr acreditasse que o desenvolvimento de uma sociedade desse tipo, funcionalmente integrada, acabaria

sendo inevitável, havia muitas barreiras a serem removidas ao longo do caminho. A tarefa básica do sociólogo era mostrar como removê-los. Enquanto o Departamento de Sociologia de Ford ensinava o Novo Homem a portar-se de acordo com a vontade de Deus e a natureza humana, o Departamento de Sociologia de Kerr ensinava o Homem Mais Novo (não, ali também não havia nenhuma mulher) a portar-se de acordo com a vontade de Mammon e o espírito do industrialismo. Se ele (e sua mulher e seus dois filhos) gostavam da coisa ou não, era irrelevante. Uma vez reconhecendo que era inevitável, ele a aceitaria.

UM ESTRANHO CASAL: FORD E KEYNES

Uma coisa era traçar o plano geral da nova utopia fordista; outra muito diferente era implementá-la. Os sociólogos e o Departamento do Trabalho, a CIA, a AFL (American Federation of Labor), o ICFTU (International Confederation of Free Trade Unions) e uma porção de outras iniciais e acrônimos podiam fazer sua parte, mas a reestruturação das relações industriais e políticas dependia da capacidade do sistema de oferecer garantia de emprego, salários mais altos e benefícios de bem-estar adequados, coisas que no passado ele não fora capaz de oferecer de maneira constante. Também não estava claro de que maneira esses benefícios poderiam ser oferecidos no futuro, pois havia uma variedade de diagnósticos das limitações passadas do capitalismo e uma variedade de panacéias para a sua reforma. É um lugar-comum das teorias do fordismo dizer que o keynesianismo-welfarismo é um componente central do modelo fordista. Embora a retórica keynesiana-welfarista tenha sido amplamente empregada durante meio século, a realidade tem sido um tanto diferente. Seja na teoria, seja na prática, o arcabouço da reconstrução do pós-guerra e a base do *boom* do pós-guerra foram fornecidos pela democracia liberal ortodoxa. Longe de ser uma fonte de estabilidade, o keynesianismo-welfarismo foi uma resposta a uma crise que se ampliava e, longe de resolvê-la, só serviu para aprofundá-la e politizá-la mais ainda.

No pós-guerra imediato, os diagnósticos e panacéias dominantes e progressivos eram uma ou outra variante do keynesianismo-welfarismo. No entanto, não foi o keynesianismo-

welfarismo que dominou a reconstrução do pós-guerra e assentou as bases para o *boom* do pós-guerra. Nos EUA, o keynesianismo-welfarismo ficou associado aos adeptos do *New Deal*, que agüentaram a maior parte da culpa pelo ressurgimento, ocorrido no pós-guerra, dos conflitos trabalhistas nos EUA e do avanço da esquerda na Europa e no Japão. Assim, depois de um par de anos já havia pouca distinção entre o keynesianismo-welfarismo e o comunismo. Na Grã-Bretanha houve uma corrente keynesianista-welfarista no Partido Trabalhista, mas sua ênfase principal era produtivista. As reformas na área do *welfare* ficaram confinadas à produção.

Embora depois da guerra houvesse medo de uma depressão com o rápido aumento do desemprego, logo ficou claro que o perigo principal era a inflação. A barreira principal para a reconstrução eram os desequilíbrios globais na estrutura da produção, motivo da escassez de dólares e das restrições comerciais e monetárias. Enquanto as medidas keynesianas eram amplamente utilizadas para refrear as pressões inflacionárias e a retórica keynesiana era moeda corrente, nenhum governo na década do pós-guerra comprometeu-se com a filosofia keynesiana do pleno emprego, às expensas do compromisso de conter inflação. Assim, é muito difícil dar a Keynes o crédito da prosperidade e estabilidade do *boom* do pós-guerra. De 1947 em diante, a estratégia da reconstrução baseou-se inequivocamente, tanto na teoria como na prática, na rápida liberalização do comércio e dos pagamentos internacionais, culminando em 1958 com a restauração da conversibilidade monetária geral. Foi essa liberalização – e não o keynesianismo – que alimentou o *boom* do pós-guerra.²⁹

²⁹O primeiro exemplo no pós-guerra da retórica expansionista keynesiana foi o argumento do Departamento de Defesa americano, no início da década de 1950, de que o rearmamento não traria custos, pois mobilizaria recursos que de outro modo ficariam ociosos – argumento que de imediato demonstrou ser falso com a inflação produzida pela Guerra da Coréia. O primeiro caso de um governo que se comprometeu na prática com o pleno emprego, às expensas da estabilidade de preços, foi o britânico, em 1957, quando Harold Macmillan derrubou a proposta de Thorneycroft de cortes nos gastos públicos, e procurou meios alternativos de combater a inflação. Sobre a questão do keynesianismo e o Estado, veja Simon Clarke, *Keynesianism, Monetarism and the Crisis of the State* (Aldershot and Gower, VT; Edward Elgar, 1988). Sobre a estrutura liberal da reconstrução do pós-guerra, veja Peter Burnham, *The Political Economy of Post-War Reconstruction* (Londres: Macmillan, 1990).

O *boom* possibilitou um “acordo pós-guerra” entre o capital e o trabalho organizado, que permitiu, estimulou e depois implementou a generalização dos métodos fordistas de produção. Este acordo pós-guerra incluía uma ampliação dos esquemas welfaristas, fosse por meio de fundos públicos ou privados, com a ênfase sobretudo nos benefícios de contribuição para os setores mais bem pagos e mais garantidos do trabalho, e marcadamente inferiores para aqueles que não tinham a folha de contribuições com as qualificações necessárias. Mas essas realizações eram limitadas. No final da década de 1950, os problemas econômicos aumentavam na Grã-Bretanha e nos EUA: inflação, desemprego, pauperismo, decadência urbana e racismo indicavam os limites das conquistas liberais da década do pós-guerra. Para os social-democratas, as conquistas do pós-guerra traziam a promessa de mais saúde, educação, bem-estar, melhores moradias, salários mais altos e a ampliação na participação democrática. Por volta de 1960, o macartismo e a liberalização do pós-guerra aparentemente haviam limpado o campo para que o keynesianismo-welfarismo social-democrático assumisse seu papel histórico.

Entretanto, logo ficou claro que os crescentes problemas econômicos e sociais não eram apenas alguns fios soltos a serem amarrados. O sonho de Lyndon Johnson da Grande Sociedade durou apenas um par de anos até ser engolfado pela Guerra do Vietnã. O projeto de Harold Wilson de modernização tecnológica e social mal conseguiu decolar quando foi varrido pela crise econômica. Longe de resolver os problemas econômicos, sociais e políticos, as soluções keynesianas tenderam apenas a intensificá-los. O rápido crescimento dos gastos estatais impunha um crescente escoamento improdutivo dos lucros. As medidas políticas expansionistas alimentavam as pressões inflacionárias. A crescente intervenção estatal encorajava a mobilização política popular e politizava a tomada de decisões econômicas. Em resumo, a relação entre o fordismo e o keynesianismo era mais ou menos tão próxima e tão estável como se pode imaginar que teria sido uma relação entre Ford e Keynes.

A CRISE DO FORDISMO E A CRISE DO CAPITALISMO

Os pós-fordistas poderiam afirmar que exageraram a estabilidade do fordismo, enquanto ainda insistiam que a causa da crise de 1970 era a inflexibilidade da produção fordista. Num certo sentido, a crise foi causada pela inflexibilidade dos arranjos institucionais existentes, mas, tal como ocorreu em períodos de crise anteriores, esta inflexibilidade não era uma característica da tecnologia de produção mas sim da resistência trabalhista, institucionalizada nas formas de relações industriais e de representação política que foram desenvolvidas como solução provisória de conflitos trabalhistas anteriores. Assim, a chave para se quebrar esta inflexibilidade não era a introdução de novos métodos de produção mas sim a remoção da base da resistência trabalhista, reestruturando as formas institucionais de representação trabalhista. Foi apenas na base dessa reestruturação das relações de classe que houve qualquer possibilidade de introdução vantajosa de novos métodos de produção.

As pressões sobre a lucratividade vinham aumentando já desde meados da década de 1950, embora no início as altíssimas taxas de lucro tivessem possibilitado que o capital absorvesse estas pressões, enquanto ainda comportava uma folga para atender às reivindicações por maiores salários e gastos sociais e previdenciários como meio de garantir a paz social e a estabilidade política. Estas pressões, porém, se intensificaram na década de 1960 e início da de 1970, quando o *boom* contínuo levava a uma competição internacional cada vez maior e alimentava as demandas trabalhistas, canalizadas através dos sistemas institucionalizados de relações industriais e da representação política oferecida pelo *welfare state* keynesiano.

A pressão da competição se fez sentir mais agudamente nos países, especialmente na Grã-Bretanha e nos EUA, onde a força do mercado mundial exigira investimentos em novos métodos de produção. Enquanto a produtividade do trabalho estagnava, os custos fixos se mantinham baixos, o endividamento das empresas continuava baixo, os riscos financeiros e sociais eram minimizados e os lucros continuavam altos. À medida que as pressões competitivas corroíam a lucratividade, os esquemas institucionais anteriores – desde o financiamento corporativo, passando pelo gerenciamento da produção, a organização dos operários no local de trabalho, os sistemas de pagamento e os

procedimentos para acordos sindicais, até os sistemas de saúde, bem-estar, moradia e aposentadorias – cada vez mais se tornavam barreiras para a reestruturação da produção, necessária para fazer face ao desafio competitivo. Alguns desses esquemas institucionais, tais como as estruturas do gerenciamento das empresas ou o financiamento dos investimentos, podiam ser organizados com relativa facilidade. Outras estruturas institucionais eram aquelas pelas quais o trabalho articulava seus interesses e não poderiam ser desmanteladas com tanta facilidade. Assim, a fonte principal de inflexibilidade que inibia a reestruturação da produção era a resistência dos trabalhadores. O resultado foi que as crescentes pressões competitivas precipitaram o aumento dos conflitos industriais – não só acerca de salários e benefícios sociais, mas também, cada vez mais, acerca da produção, acordos e pagamentos salariais, saúde, educação e seguro social.

Entre 1966 e 1980 o conflito entre o keynesianismo e o monetarismo foi a expressão política dessa luta. As pressões políticas impediram os governos britânico e americano de reagir à crise de 1974 com as medidas deflacionárias sustentadas do tipo das que foram adotadas pelo governo alemão. Em vez disso, lançaram mão de uma variedade de meios inflacionários que aliviaram a ameaça de recessão mas também mantiveram o poder de barganha trabalhista e reduziram as pressões sobre os capitalistas retrógados para investir em novas tecnologias de produção. Mesmo assim, tendo aprendido a lição da crise de 1974 e sofrendo crescentes pressões financeiras, o Estado buscou estratégias de reestruturação cada vez mais implacáveis, planejadas basicamente para restaurar a solvência fiscal. Isto não foi conseguido desenvolvendo-se a capacidade de produção, mas intensificando o trabalho, mantendo os salários baixos e cortando benefícios de saúde e bem-estar. No final da década, a base institucional da resistência trabalhista tinha sido substancialmente erodida, de modo que, em resposta à crise de 1979 tanto o governo da Grã-Bretanha como o dos EUA conseguiram adotar estratégias deflacionárias radicais.

Num primeiro momento a ofensiva da década de 1980 ainda foi dominada pela tentativa de restaurar a lucratividade através da intensificação do trabalho e da redução dos salários reais nos setores mais vulneráveis da força de trabalho. Esta estratégia de confronto não foi ditada pela obstinação capitalista de se recusar a reconhecer o potencial libertador da nova tecnologia,

mas sim pela força residual da mão-de-obra. Era necessária uma reestruturação institucional, não para a introdução de uma determinada tecnologia, mas para restaurar o controle sobre o processo de trabalho. Só com a restauração da lucratividade poderia o novo capital se tornar disponível para novos investimentos, e só com a restauração do controle do processo de trabalho poderiam esses novos investimentos se mostrar lucrativos. Assim, a reestruturação institucional foi imposta pela crise da reprodução capitalista – e não pelos requisitos de qualquer tecnologia particular. É por isso que o mesmo processo ocorreu em todos os setores da produção, qualquer que fosse a tecnologia: nas indústrias de produção de massa, na indústria pesada, nas indústrias extrativas, no transporte e nas comunicações, nos serviços e no setor público.

Não há nada de pós-fordista nessa reestruturação. O sucesso da ofensiva capitalista removeu muitas barreiras que antes impediam que a mudança tecnológica criasse condições nas quais novas tecnologias pudessem ser introduzidas com proveito. Mas essas tecnologias não são introduzidas em termos qualitativamente diferentes de qualquer das suas predecessoras; tal como a linha de produção de Ford, são introduzidas apenas para aumentar os lucros. Alguns setores do trabalho se beneficiaram da introdução das novas técnicas, da mesma forma que os operários da linha de montagem de Ford se beneficiaram com a introdução do Dia de Cinco Dólares. Mas, assim como as pressões competitivas vindas de novas formas do fordismo, mais desenvolvidas e mais flexíveis, logo forçaram Ford a introduzir os homens de Pinkerton e o Departamento de Serviço, também os especialistas flexíveis e os especialistas em nichos do mercado já estão sofrendo a pressão de competidores que conseguiram reconciliar as economias de escopo com economias de escala. A crise do fordismo não é nada de novo; é apenas a mais recente manifestação da crise permanente do capitalismo.